

Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e o presidente e representantes da Associação de Turismo Náutico de Ubatuba (ATNU), Hugo e Marcos. A reunião, marcada para iniciar às 15:00, teve início às 15:35, no condomínio residencial do Hugo no bairro do Itaguá, Ubatuba. Estavam presentes Priscila Saviolo, gestora do PEIA, Rodrigo Victor da Fundação Florestal, Gabriela Carvalho, monitora ambiental do PEIA, Marcos e Hugo, ambos da ATNU. Hugo inicia uma fala expondo a situação do ordenamento da Ilha das Couves e do turismo em Ubatuba, em que o turista está doutrinado a fazer leilão com as embarcações. Expõe que o fator decisivo não é o destino, e sim o valor. Expõe que muitos profissionais são obrigados a baixar os preços e muitos enganam o turista para vender o passeio. Fala sobre o chamamento público para desembarque turístico e que se não tem lei, não tem organização e assim vai chegando mais gente. Expõe que o charter deve ser feito da maneira correta e que a exigência é maior para embarcações de transporte de passageiros. Priscila expõe que a FF está há um tempo olhando para a área do polígono e destaca o quanto é importante que a gestão da área esteja mais ligada à gestão do PEIA. Expõe que, a partir disso, e da possibilidade de captar mais recursos, há o desejo de criação de um Parque Marinho para sobrepor o regramento já existente. Informa que o tema será apresentado na reunião do Conselho Consultivo do PEIA e que os representantes de cada setor serão procurados para a realização de reuniões setoriais, pedindo apoio para a articulação do diálogo com o setor. Rodrigo se apresenta, explicitando sua função na FF, a de auxílio na criação de Unidades de Conservação (UCs), também no interior, destacando que no ambiente marinho existem poucas UCs de proteção integral. Aponta que a área de estudo é muito especial, principalmente devido ao polígono já existente e que por isso o Estado tem um olhar de conservação para a área. Lembra que nos anos 80 já se falava em olhar para a área marinha, uma vez que a Ilha Anchieta já era protegida. Expõe que este processo já é antigo, mas que a conclusão dos estudos e a comunicação está começando agora. Marcos aponta que a restrição que vem com a criação do Parque é muito grande e que com a gestão atual é notável a conservação. Diz que hoje a área já é protegida e que os operadores ficariam sem alternativa, pois só tem a Ilha Anchieta para atuarem. Rodrigo esclarece que não é do entendimento da FF que a área tenha mais restrições do que as já impostas. Marcos pergunta se a área irá aumentar, Priscila responde que não. Rodrigo frisa que o porquê de se criar o Parque, mesmo não adicionando mais proibições, é a melhora na gestão, na fiscalização e na aquisição de recursos para ordenar. Destaca que o Parque tem a obrigação de fazer o turismo e que essa atividade irá melhorar. Marcos aponta que isso sempre é falado, mas que não acontece. Expõe que se for possível operar na Praia do Sul e outros lugares, tendo mais opções de passeio, os operadores seriam agentes fiscalizadores. Aponta que querem

opções de vender outros passeios e atrativos, com centralização no píer, mas que possam ir para outros lugares. Rodrigo destaca novamente que o turismo tem que existir, porém de forma ordenada. Hugo diz que o PEIA já teria que ter todas as ferramentas e criar formas de fazer o ordenamento no formato existente. Priscila explica sobre a dificuldade de gestão e governabilidade pelo entorno não ser uma UC de proteção integral. Rodrigo explica sobre a governabilidade jurídica e fala sobre a possibilidade de investimentos via câmara de compensação ambiental (CCA), expondo que a área passaria a ter as mesmas ferramentas que o PEIA já tem. Expõe que o Parque irá permitir que a gestão tenha mais governabilidade sobre o território, dar a possibilidade de ordenar para um melhor uso, indo de acordo com as reivindicações do setor e aumentando as possibilidades. Aponta que o parque irá elevar o patamar do turismo e equilibrar os usos. Hugo pergunta qual é a visão específica para o ordenamento e como o setor irá se encaixar. Rodrigo responde que haverá dois momentos, o de criação do Parque, destacando que a área tem atributos para isso, e o de plano de manejo, com definição do zoneamento e planos de gestão. Marcos aponta que um ponto negativo para o ordenamento é a proximidade da Ilha Anchieta com o continente. Priscila expõe que o incremento de embarcações de esporte e recreio operando no PEIA é considerável, destacando que hoje há dificuldade em olhar para isso e que esse aumento é preocupante. Expõe que hoje o regramento é limitado e que a gestão efetiva do território trará mais possibilidades. Destaca que esta é uma ferramenta muito importante para garantir a qualidade do turismo e o ordenamento eficaz, além de manter a qualidade da visitação e garantir justiça social. Marcos sugere que a criação já venha acompanhada deste regramento. Hugo pergunta qual a previsão para que seja colocado em prática. Rodrigo explica que o plano de manejo pode demorar alguns anos, mas que a normatização pode ocorrer antes disso. Marcos sugere que um pouco do plano de manejo, como a ideia e intenção do ordenamento, já venha escrito no decreto de criação, que algumas diretrizes já estejam garantidas na criação do parque. Questiona por que não ter os mesmos procedimentos de Fernando de Noronha, valorizando os parceiros da Ilha Anchieta e sugerindo não poder chegar qualquer um. Exemplifica com as embarcações de esporte e recreio, destacando que não pode tirar elas de lá, mas que passem pelo mesmo processo, agendando e verificando se há vaga. Expõe que deveria ser o contrário do que é hoje, que o recreio deveria verificar a possibilidade de ir e o operador cadastrado poder ir. Expõe que se for para alguém poder realizar alguma atividade a mais, que seja o transporte de passageiros, que está sempre participando das reuniões e dos processos. Finaliza dizendo que se houver algo nesse sentido, que aí sim concorda com a proposta. Hugo complementa questionando que se existe a lei, porque não ter uma lei para que o esporte e recreio opere da mesma forma que o transporte de passageiros. Sugere que já se comece a fazer uma lei para o ordenamento, que todo mundo siga.

Finaliza destacando que eles irão cobrar muito. Rodrigo expõe que não é possível entrar já em detalhes por ser um processo participativo, mas que é possível apontar alguns indicativos. Marcos expõe que como está hoje não ultrapassa a capacidade suporte e que seria possível aumentar a operação dos credenciados. Pergunta por que abrir para mais pessoas se credenciarem. Priscila pergunta se seria bom fazer o cadastramento uma vez ao ano. Marcos e Hugo ambos respondem que sim. Marcos aponta que se for para conservar, ele está junto, mas que também tem que ter equilíbrio com os benefícios humanos. Priscila diz que não acha que haverá impacto para a atividade do setor no sentido de haver mais proibições, mas sim para alcançar essa justiça na atividade, que sempre foi reivindicação do setor. Hugo destaca que o que a associação (ATNU) sempre batalha é para que tenham regras para todo mundo seguir. Marcos pergunta como ficará a questão do fundeio. Rodrigo expõe que o plano de manejo pode definir áreas para fundeio e não fundeio, podendo haver uma setorização. Priscila expõe que o esporte e recreio geralmente é pior ambientalmente, por haver situações de ancoragem na costeira. Hugo expõe que o importante é criar essas regras já. Rodrigo expõe que há o plano emergencial de uso público, que já permite um regramento e que este pode ser feito a partir do momento da criação da unidade. Rodrigo finaliza reforçando que o objetivo da reunião foi anunciar o projeto em primeira mão e facilitar o diálogo com o setor. Se coloca à disposição para dialogar com o setor e encerra a reunião.